

Mulford pode acelerar negociações com credores, diz Galbraith, do Chase

por Getulio Bittencourt
de Nova York

A vinda do subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, nesta terça-feira ao Brasil "pode ajudar o governo brasileiro a despertar para a necessidade de começar a conversar seriamente com os bancos credores sobre a renegociação de sua dívida externa", disse na sexta-feira a este jornal a diretora gerente de transações com empréstimos no Chase Manhattan Bank, Kathy O'Donnell Galbraith.

Um porta-voz do Departamento do Tesouro confirmou sexta-feira a este jornal que a pauta de Mulford em sua conversa com as autoridades brasileiras terá três itens: a situação corrente do programa de reforma econômica do governo Collor de Mello, as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o problema da dívida externa. "Não podemos adiantar nada além disso", acrescentou a fonte.

A dívida externa dos países em desenvolvimento é um dos três grandes problemas que afetam os bancos comerciais nos Estados Unidos, junto com a queda do mercado imobiliário e a conta dos bônus de lixo ("junk bonds") que financiaram as fusões de empresas na década passada. Os 35 maiores bancos do país, segundo o levantamento semestral da Salomon Brothers Inc., fecharam o balanço de junho com uma nova queda de 13,9% em relação ao lucro operacional do mesmo período de 1989.

O descarte obrigatório de porções da dívida não paga pelos países em desenvolvimento avançou para US\$ 3,6 bilhões em junho, vindo de US\$ 2,3 bilhões em março, graças sobretudo à degradação do crédito do Brasil no universo desses bancos de grande porte. O total de US\$ 5,9 bilhões no primeiro semestre deste ano já é quase igual ao total do descarte para todo o ano de 1989 (US\$ 6,835 bilhões) e supera folgadoamente o total descartado em 1988 (US\$ 4,569 bilhões).

Sobre esse panorama, marcado pelo fato de que o Brasil não paga juros da dívida há dezesseis meses, o plano econômico do governo Collor deve também reduzir os lucros dos bancos estrangeiros dentro do país numamargem que a Salo-

mon Brothers estima de 30% a 50% em 1990.

No caso específico do Chase, só a recente obrigação legal de aumentar em 20% suas reservas contra empréstimos ao Brasil custou ao banco US\$ 316 milhões, o equivalente a um custo de US\$ 2,50 por cada uma de suas ações na bolsa de valores de Nova York.

Mas nem todas as notícias nesse setor são negativas. O Chase acaba de anunciar que sua equipe de transações com empréstimos, chefiada por Kathy Galbraith, realizou negócios de US\$ 2,5 bilhões com títulos brasileiros no primeiro semestre deste ano. Calcula-se que o montante deve colocar o Chase entre os três maiores operadores nesse mercado no período, vindo do quarto lugar em 1989.

Ao todo o banco negociou US\$ 7 bilhões em títulos dos países menos desenvolvidos no semestre, vindo de US\$ 9,8 bilhões em todo o ano passado. "Mas isso não quer dizer que os números do primeiro semestre podem ser projetados para o resto do ano", disse Kathy na sexta-feira a este jornal. "O movimento com papéis do Brasil deve diminuir, porque o Banco Central vem reduzindo o tipo de operação que pode empregá-los. E o acordo de redução da dívida da Venezuela está sendo ultimado agora, o que significa que seus papéis ficarão ilíquidos por algum tempo."

Existem outras razões pelas quais Kathy considera que a visita de David Mulford ao Brasil é importante. "O caso brasileiro tem dois lados", raciocina ela. "Por um lado, sabe-se que enquanto eles estiverem concentrados nas dificuldades econômicas internas, não vão ser realmente sérios na renegociação da dívida, e portanto não retornarão o pagamento dos juros".

Na outra ponta, lembra ela, "o governo brasileiro tem um prazo para começar a conversar seriamente com os bancos credores, que é abril de 1990. A menos que o governo queira deixar as linhas do projeto 3 e do projeto 4 voluntárias, que os bancos credores concedem se quiserem, ele terá que começar a negociar agora. Mesmo assim o acordo não estará concluído em abril. Mas os credores terão sua confiança restabelecida, e o fluxo das linhas de curto prazo não deverá constituir problema".